



1 Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	14
2. Base de preparação	15
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	15
4. Uso de estimativas e julgamentos	15
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	16
6. Políticas contábeis materiais	16
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	21
Ativos	
8. Títulos e valores mobiliários	21
9. Concessionárias e permissionárias	21
10. Ativo de contrato	22
Passivos e patrimônio líquido	
11. Fornecedores	22
12. Financiamento e debêntures	23
13. Contas a pagar	26
14. PIS e COFINS diferidos	26
15. Imposto de renda e contribuição social diferidos	27
16. Passivos contingentes	27
17. Patrimônio líquido	27
Desempenho do exercício	
18. Receita operacional líquida	29
19. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	30
20. Resultado financeiro	31
Tributos sobre o lucro	
21. Imposto de renda e contribuição social	31
Outras informações	
22. Transações com partes relacionadas	31
23. Gestão de riscos financeiros	32
24. Cobertura de seguros	35



Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

Denominação social	Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A.
Natureza jurídica	Sociedade anônima fechada
Data de constituição	28 de janeiro de 2019
Sede	Rio de Janeiro
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica
Potência	Subestação Parintins 100MVA e Subestação Juriti 50MVA
Empreendimento	(i) Linha de Transmissão Oriximiná – Juruti; (ii) Linha de transmissão Juruti – Parintins; (iii) Subestação Oriximiná; (iv) Subestação Juruti; (v) Subestação Parintins.
Características técnicas	Tensão de 230 kV, circuito duplo
Extensão aproximada	138 km

A Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões) possui 100% das ações da Companhia.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025–2026	2024–2025
RAP estabelecida	176.009	167.118

O aumento aproximado de 5,3%, decorrente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e do processo de Revisão Tarifária Periódica.



(b) Pagamento de dividendos

	2025
Celeo	104.514
	104.514

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2025 e 2024 foi de 100% e 99,9%, respectivamente.

(d) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures

	Principal	Juros
Financiamento	5.811	47.729
Debêntures	5.250	15.524
	11.061	63.253

(e) Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 114. No referido exercício não foram prestados serviços além de auditoria e asseguaração limitada para covenants.

A contratação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal não é permanente e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

José Mauricio Scovino de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6 e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como a auditoria endereçou esse assunto

O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo.

A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente;

ii) a verificação, com o auxílio dos especialistas de Finanças Corporativas, se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47;

iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.481/2025 e nº 3.348/2024, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e

iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7



Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		3.811	4.657
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	20.243	31.752
Concessionárias e permissionárias	9	16.823	18.172
Ativo de contrato	10	167.958	161.498
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.692	6.301
Outros impostos e contribuições a recuperar		2.171	2.164
Outros ativos		1.726	2.682
Total do ativo circulante		219.424	227.226
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	42.816	58.036
Ativo de contrato	10	2.294.067	2.264.534
Outros ativos		-	6.938
Total do realizável a longo prazo		2.336.883	2.329.508
Imobilizado		7.033	7.034
Total do imobilizado		7.033	7.034
Total do ativo não circulante		2.343.916	2.336.542
Total do ativo		2.563.340	2.563.768
Fornecedores	11	22.723	31.871
Financiamento	12	10.197	10.601
Debêntures	12	5.862	7.088
Outros impostos e contribuições a recolher		3.429	2.886
PIS e COFINS diferidos	14	14.871	14.299
Dividendos	22 (b)	115.220	67.542
Encargos setoriais		1.526	1.268
Contas a pagar	13	1.617	10.458
Outros passivos		5.504	5.840
Total do passivo circulante		180.949	151.853
Financiamento	12	770.697	774.675
Debêntures	12	251.782	242.838
PIS e COFINS diferidos	14	211.880	209.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	361.736	331.431
Contas a pagar	13	33	1.318
Total do passivo não circulante		1.596.128	1.559.461
Total dos passivos		1.777.077	1.711.314
Capital social	17 (a)	254.475	254.475
Dividendo adicional proposto	17 (c)	263.394	248.205
Reserva de lucros	17 (b)	268.394	349.774
Total do patrimônio líquido		786.263	852.454
Total do passivo e patrimônio líquido		2.563.340	2.563.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	203.181	177.919
Custos operacionais	19 (a)	(11.228)	(8.215)
Lucro bruto		191.953	169.704
Despesas gerais e administrativas	19 (b)	(1.865)	(730)
Provisão para perda de crédito esperada	9	(1.858)	(430)
Despesas operacionais		(3.723)	(1.160)
Resultado antes do resultado financeiro		188.230	168.544
Receitas financeiras	20	9.888	7.648
Despesas financeiras	20	(79.043)	(80.715)
Resultado financeiro		(69.155)	(73.067)
Resultado antes dos impostos		119.075	95.477
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(2.769)	(2.259)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(30.305)	(23.992)
Imposto de renda e contribuição social		(33.074)	(26.251)
Lucro líquido do exercício		86.001	69.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	86.001	69.226
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	86.001	69.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Incentivos fiscais	Retenção lucros	Lucros a realizar			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		254.475	29.445	-	388.153	129.384	36.985	-	838.442
Dividendos constituídos	17 (b)	-	-	-	-	(40.336)	-	-	(40.336)
Transferência de dividendos	17 (b)	-	-	-	(166.584)	-	166.584	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	69.226	69.226
Reserva legal	17 (b)	-	3.461	-	-	-	-	(3.461)	-
Reserva de incentivos fiscais	17 (b)	-	-	6.251	-	-	-	(6.251)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (d)	-	-	-	-	-	-	(14.878)	(14.878)
Dividendos adicionais propostos	17 (c)	-	-	-	-	-	44.636	(44.636)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		254.475	32.906	6.251	221.569	89.048	248.205	-	852.454
Dividendos constituídos	17 (b)	-	-	-	-	(89.048)	-	-	(89.048)
Pagamento de dividendos	17 (b)	-	-	-	-	-	(44.636)	-	(44.636)
Transferência de dividendos	17 (c)	-	-	-	(4.300)	-	4.300	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	86.001	86.001
Reserva legal	17 (b)	-	4.300	-	-	-	-	(4.300)	-
Reserva de incentivos fiscais	17 (b)	-	-	7.668	-	-	-	(7.668)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (d)	-	-	-	-	-	-	(18.508)	(18.508)
Dividendos adicionais propostos	17 (c)	-	-	-	-	-	55.525	(55.525)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		254.475	37.206	13.919	217.269	-	263.394	-	786.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		86.001	69.226
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	30.305	23.992
- Imposto de renda e contribuição social correntes		2.769	2.259
- Provisão para perda de crédito esperada	9	1.858	430
- PIS e COFINS diferido	14	3.253	1.397
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(10.141)	(7.600)
- Juros, correção monetária e custo de transação s/ debêntures e financiamento	12	77.650	80.328
- Efeito da revisão tarifária periódica	10	-	23.648
- Ativo de contrato - remuneração	10	(197.490)	(195.541)
		(5.795)	(1.861)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	9	(509)	(700)
- Ativo de contrato	10	161.497	156.032
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(391)	1.681
- Outros impostos e contribuições a recuperar		(7)	278
- Outros ativos		7.894	(1.739)
- Fornecedores		(9.148)	(46.488)
- Impostos e contribuições a recolher		704	2.344
- Encargos setoriais		258	555
- Contas a pagar		(10.126)	(10.867)
- Outros passivos		(336)	5.669
		144.041	104.904
Caixa gerado pelas atividades operacionais		144.041	104.904
Impostos pagos sobre o lucro		(2.930)	(5.973)
Financiamento - pagamento de juros	12	(47.729)	(47.122)
Debêntures - pagamento de juros	12	(15.524)	(15.014)
		77.858	36.795
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		77.858	36.795
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(167.420)	(174.784)
Títulos e valores mobiliários - resgates		204.290	148.225
		36.871	(26.559)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos		36.871	(26.559)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamento - pagamento de principal	12	(5.811)	(6.725)
Debêntures - pagamento de principal	12	(5.250)	(3.425)
Pagamento de dividendos		(104.514)	-
		(115.575)	(10.150)
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de financiamentos		(115.575)	(10.150)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(846)	86
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.657	4.571
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		3.811	4.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 Contexto operacional

A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (CRTE), sendo controlada integralmente pela Celeo Redes Brasil S.A.(Celemo).

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	Nº 16/2019
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	Pará e Amazonas
Empreendimento principal	(i) Linha de Transmissão Oriximiná – Juruti; (ii) Linha de transmissão Juruti – Parintins; (iii) Subestação Oriximiná; (iv) Subestação Juruti; (v) Subestação Parintins
Características técnicas da LT	230 kV, circuito duplo
Extensão aproximada	138 km
Instalações	(i) linha de transmissão Oriximiná - Juruti, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 138 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Juruti, (ii) pela linha de transmissão Juruti - Parintins, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 102 km, com origem na subestação Juruti e término na subestação Parintins, (iii) pelo pátio novo de 230 kV na subestação Oriximiná, (iv) pela subestação Juruti 230/138/13,8 kV, (v) pela subestação Parintins 230/138/13,8 kV e (vi) e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Potência	Subestação Parintins 100MVA e Subestação Juruti 50MVA
Data de assinatura	22 de março de 2019
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	22 de março de 2049
Início da operação comercial	Maio de 2023 com os trechos da subestação (SE) Oriximiná, LT 230 kV Oriximiná – Juruti e SE Juruti e a entrada em operação comercial de toda a infraestrutura ocorreu em junho de 2023.



1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025–2026	2024-2025
RAP estabelecida	176.009	167.118

O aumento aproximado de 5,3% é decorrente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

1.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma.

	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
Cronograma RTP	2024-2025	2029-2030	2034-2035	2039-2040	2044-2045

O impacto da 1ª revisão tarifária pode ser observado na nota explicativa 10 e 18.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 16 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos
6	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
23	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada



As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

Uma nova norma contábil será efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
Caixa e equivalentes de caixa		Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.
Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante	8	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem CDB com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em CDB para fins de garantia do financiamento e das debêntures.
Receitas e despesas financeiras	20	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.



Prática	Nota explicativa	Descrição
Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração	23	<p>(a) Classificação e mensuração</p> <p>Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.</p> <p>Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.</p> <p>Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:</p> <p>(i) Custo amortizado</p> <p>Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração	23	<p>(ii) VJR Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.</p> <p>(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.</p> <p>A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.</p> <p>Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.</p>
Ativo de contrato	10	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	10	<p>i. Reconhecimento de receita de construção Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção de 46% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica “Remuneração do ativo de contrato”, utilizando a taxa de desconto de 8% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>
Imposto de renda e contribuição social	15 e 21	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
		<p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.</p> <p>Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.</p> <p>A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>



7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

8 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil e Banco Itaú, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras do Banco Santander foi de 100,0% (99,4% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento novembro de 2026, e do Banco Itaú de 97% do DI com vencimentos entre março e maio de 2026.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada “Conta Reserva”, valores equivalentes ao saldo mínimo de 6 (seis) vezes o valor da prestação mensal vencida dos subcréditos A e B e 3 (três) prestações referentes ao subcrédito C, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025 a totalidade dos recursos estão em CDB atrelado ao DI do Banco da Amazônia. A taxa de indexação dessa aplicação foi de 98,6% (96,5% em 2024) e possui vencimento em dezembro de 2027.

9 Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer - até 2 meses	15.580	16.073
Até 3 meses	128	1.370
De 3 a 6 meses	379	471
De 6 a 12 meses	634	258
Acima de 12 meses	2.390	430
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(2.288)	(430)
	16.823	18.172



A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		(430)	-
Adições	(a)	(1.858)	(430)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		(2.288)	(430)

- (a) A PCE foi constituída conforme política descrita na nota explicativa 23 (a).

10 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		2.426.032	2.410.171
Remuneração do ativo		197.490	195.541
Efeito da revisão tarifária periódica	(i)	-	(23.648)
Recebimentos		(161.497)	(156.032)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		2.462.025	2.426.032

- (i) Conforme nota explicativa 1.3, a RAP da Companhia foi reajustada em razão da RTP. A Companhia atualizou o fluxo do ativo de contrato considerando o impacto negativo de 1%. Não houve atualização de nenhuma outra premissa.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	167.958	161.498
Não circulante	2.294.067	2.264.534
	2.462.025	2.426.032

11 Fornecedores

		2025	2024
Materiais e serviços	(i)	668	10.604
Partes relacionadas	(ii)	22.055	21.267
		22.723	31.871

- (i) A variação observada decorre, principalmente, da baixa de valores referentes à retenção contratual, no montante de R\$ 2.759, bem como da provisão constituída para encerramento de obra, no valor de R\$ 9.936, em função da conclusão das obrigações contratuais associadas.

- (ii) Veja nota explicativa 22 (a).



12 Financiamento e debêntures

	Financiamento		Debêntures	
Financiamento e debêntures	835.800	840.995	273.589	264.026
Custo de transação	(50.524)	(53.091)	(23.663)	(24.770)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	785.276	787.904	249.926	239.256
Juros	46.591	48.652	27.385	28.002
Amortização - principal	(5.811)	(6.725)	(5.250)	(3.425)
Amortização - juros	(47.729)	(47.122)	(15.524)	(15.014)
Amortização - custo de transação	2.567	2.567	1.107	1.107
Financiamento e debêntures	828.851	835.800	280.200	273.589
Custo de transação	(47.957)	(50.524)	(22.556)	(23.663)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	780.894	785.276	257.644	249.926

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	Financiamento		Debêntures	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	10.197	10.601	5.862	7.088
Não circulante	770.697	774.675	251.782	242.838
	780.894	785.276	257.644	249.926

Estrutura da dívida

(a) Financiamento

A Companhia assinou no dia 30 de outubro de 2020 uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco da Amazônia S.A (BASA), tendo como Avalistas a Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes) e a Celeo Redes Expansões S.A. (Avalistas), cujos recursos da CCB se destinam à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1, sendo dividido em 3 (três subcréditos) conforme tabela a seguir.

	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C
Valor captado	234.343	165.657	400.000
Vencimento da 1ª parcela		15 de novembro de 2022	
Vencimento da última parcela		15 de novembro de 2044	
Finalidade	Obras civis e demais itens	Máquinas e equipamentos	Investimentos sociais
Encargos	TFC + 1,50%	TFC + 1,23%	TFC + 1,23%
Forma de pagamento		Principal e juros mensais	

A Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) é o índice que define o custo dos empréstimos concedidos pelos fundos regionais brasileiros (FCO, FNE e FNO), voltados ao desenvolvimento das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. O objetivo é oferecer crédito com juros diferenciados (mais baixos que os de mercado) para estimular setores como indústria, comércio, serviços e infraestrutura nessas regiões.



(b) Debêntures

Data de emissão	15 de abril de 2021
Data de vencimento	15 de abril de 2046
Finalidade	Implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1
Valor total captado	220.000
Data de ingresso dos recursos	30 de abril de 2021
Atualização do saldo principal	Correção pelo IPCA
Taxa de juros	IPCA + 5,69% ao ano
Periodicidade dos juros	Pagamento semestral
Pagamento de juros	Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2023 e o último na Data de Vencimento.
Pagamento de principal	O Valor Nominal Unitário será amortizado em 28 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de abril de 2024 e a última na Data de Vencimento.

i. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras.

ii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento) ou semestralmente (debêntures), dependendo do tipo de dívida. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Financiamento	Debêntures
Em 2027	14.169	4.571
Em 2028	18.218	3.561
Em 2029	22.266	8.598
Em 2030	26.315	7.865
A partir de 2031	689.729	227.187
	770.697	251.782



iii. Cláusulas restritivas

O contrato de financiamento e a escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas (covenants) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas restritivas estão descritas a seguir:

Financiamento

- (a) não constituir reserva na forma estabelecida no contrato
- (b) redução do capital social após a implantação do projeto para valor inferior a 30% do saldo devedor da CCB
- (c) contratação de novos endividamentos sem autorização prévia e expressa do BASA (exceto pela emissão de debêntures já autorizada pelo banco)
- (d) cisão, fusão ou incorporação da emitente sem a prévia autorização do BASA
- (e) descumprimento da destinação do crédito concedido por meio da CCB
- (f) manter o Índice de Cobertura do Serviço da dívida (ICSD) mínimo de 1,3 (um inteiro e três décimos), apurados em balanço anual auditado a partir do pagamento de 12 (doze) meses de parcela de principal da dívida

Debêntures

- (a) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia e/ou a Fiadora seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou da Fiadora, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a Fiadora
- (b) realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, bem como distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (i) a Companhia e/ou a Fiadora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (ii) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer evento de Inadimplemento; e/ou (iii) não tenha sido observado ICSD igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício imediatamente anterior
- (c) redução no capital social da companhia, exceto se autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação
- (d) não observância, pela Companhia, por mais de 2 vezes consecutivas e/ou por mais de 4 vezes intercaladas, do ICSD, a partir de 31 de dezembro de 2024

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas no contrato de financiamento e na escritura das debêntures.

iv. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2025	2024
Dívida bruta		
Financiamento	828.851	835.800
Debêntures	280.200	273.589
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		
Caixa e conta corrente	(3.811)	(4.657)
CDB	(63.059)	(89.788)
Dívida líquida	1.042.181	1.014.944



13 Contas a pagar

Refere-se à provisão constituída dos custos diretamente atribuíveis (comissões bancárias e honorários advocatícios) para obtenção do contrato de financiamento. A contrapartida foi reconhecida como custo de transação na rubrica de financiamentos. O reconhecimento inicial dessa transação foi registrado na data da obtenção desse financiamento.

A variação observada refere-se aos desembolsos durante o exercício de 2025.

14 PIS e COFINS diferidos

Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência.

A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

A movimentação do PIS e da COFINS diferidos está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	223.498	222.101
Despesa do ano corrente	3.253	3.584
Efeito sobre a RTP	-	(2.187)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	226.751	223.498



O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	40.448	39.867
COFINS	186.303	183.631
	226.751	223.498

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	14.871	14.299
Não circulante	211.880	209.199
	226.751	223.498

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Imposto de renda	265.982	243.699
Contribuição social	95.754	87.732
	361.736	331.431

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para perda de crédito	(2.288)	(430)	(778)	(146)
Prejuízo fiscal	(69.705)	(82.890)	(23.700)	(28.183)
Provisão para indisponibilidade	(279)	(279)	(95)	(95)
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	1.136.202	1.058.397	386.309	359.855
	1.063.930	974.798	361.736	331.431

16 Passivos contingentes

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisão para as contingências e divulgar os passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui processos com prognóstico prováveis e possíveis de perda.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social é de R\$ 254.475 dividido em 254.475.000 (duzentos e cinquenta e quatro milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo Expansões.

(b) Reserva de lucros

Conforme o artigo 199 da lei nº 6.404/76, a Companhia nos exercícios findos em 2025 e 2024 transferiu os montantes de R\$ 4.300 e R\$ 166.584, respectivamente, para dividendos adicionais propostos, pois ultrapassou o limite do capital social. Esse excedente será deliberado na próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO).



i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	4.300	3.461

ii. Reserva de lucros a realizar

O saldo reconhecido refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.

No exercício findo em 2025 e 2024 os montantes de R\$ 89.048 e R\$ 40.336, respectivamente, foram acrescidos aos dividendos a pagar.

iii. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Amazonas. No dia 27 de dezembro de 2024 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), emitiu o Laudo Constitutivo nº 182/2024, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2024 até 2033. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; (iv) constituição de reserva de incentivos fiscais com o valor resultante do incentivo; e (v) obrigação de aplicar o valor da Redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção ou operação na área de atuação da SUDAM. O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal.

A destinação da reserva de incentivos fiscais está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Reserva de incentivo fiscais	7.668	6.251

iv. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação do acionista.

(c) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação do acionista.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	30 de abril de 2025	44.636	Aprovação para o pagamento de dividendos

A Companhia transferiu o montante de R\$ 166.584 para dividendos adicionais propostos conforme descrito na nota explicativa 17 (b).



A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendos adicionais propostos	55.524	44.636

(d) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

A destinação do dividendo mínimos obrigatórios está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	18.508	14.878

18 Receita operacional líquida

		2025	2024
Remuneração do ativo		197.490	195.541
Ganho na RAP	(a)	15.474	14.639
Receita de operação e manutenção		11.201	10.822
Efeito da revisão tarifária periódica	(b)	-	(23.648)
Parcela variável (indisponibilidade)		(80)	(279)
Receita bruta		224.085	197.075
PIS e COFINS correntes		(15.668)	(15.558)
PIS e COFINS diferidos		(3.253)	(1.397)
Encargos setoriais	(c)	(1.983)	(2.201)
Deduções da receita		(20.904)	(19.156)
		203.181	177.919

- (a) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.
- (b) Veja nota explicativa 10.
- (c) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.467)	(1.528)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(516)	(673)
	(1.983)	(2.201)



19 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

		2025	2024
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(i)	(3.311)	(440)
Pessoal		(2.434)	(2.331)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(2.315)	(2.209)
Doações		(564)	-
Vigilância e segurança		(559)	(557)
Viagem e hospedagem		(423)	(551)
Seguros		(301)	(442)
Material		(176)	(206)
Consultorias técnicas	(iii)	(74)	(840)
Faixa de servidão (manutenção e limpeza)		(72)	(67)
Contrato de compartilhamento de instalação		(52)	(51)
Diversos		(947)	(521)
		(11.228)	(8.215)

- (i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura. No ano de 2025 ocorreu lançamento de cabo Optical Ground Wire (OPGW) ou cabo Para-raios com Fibras Ópticas, é um cabo de dupla função instalado no topo de torres de transmissão de energia, na Linha de Transmissão no montante de R\$ 1.098.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.
- (iii) Consultoria ambiental realizada em 2024 para o Programa de Monitoramento da Avifauna Suscetível, referente à fase de operação da LT 230 kV Oriximiná

(b) Despesas gerais e administrativas

		2025	2024
Consultorias	(i)	(1.115)	(222)
Prestação de serviços administrativos		(164)	(20)
Pessoal		(293)	(186)
Incentivos fiscais		-	(187)
Publicações		(42)	(42)
Viagem e hospedagem		(103)	(10)
Diversos		(148)	(63)
		(1.865)	(730)

- (i) Refere-se a consultoria ambiental realizada no ano de 2025 para a execução de programas ambientais, cujo objetivo é a obtenção da licença de operação do IBAMA que deve ser renovada a cada 4 anos.



20 Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	10.141	7.226
Outras receitas	(253)	422
Receitas financeiras	9.888	7.648
Juros - debêntures	(27.385)	(28.002)
Juros - financiamento	(46.591)	(48.652)
Custo de transação - financiamento	(2.567)	(2.567)
Custo de transação - debêntures	(1.107)	(1.107)
Outras despesas	(1.393)	(387)
Despesas financeiras	(79.043)	(80.715)
	(69.155)	(73.067)

21 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	119.075	95.477
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(40.486)	(32.462)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	7.668	6.251
Outras exclusões (adições)	(256)	(40)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(33.074)	(26.251)
IR e CS correntes	(2.769)	(2.259)
IR e CS diferidos	(30.305)	(23.992)
Alíquota efetiva	28%	27%

22 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

Todas as transações comerciais com partes relacionadas são precificadas com base em condições de mercado. Não há saldos que possuem garantia e não há nenhuma despesa reconhecida como PCE.

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2025	2024	2025	2024
Elecnor (i)	EPC	IPCA	5 anos	2026	21.883	20.939	-	-
Celeo (ii)	O&M	IPCA	5 anos	2026	172	328	(2.315)	(2.209)
					22.055	21.267	(2.315)	(2.209)

- (i) Refere-se ao custo com a Elecnor do Brasil Ltda (Elecnor). A Elecnor foi a empresa responsável pela construção da infraestrutura conforme detalhado na nota explicativa 1.
- (ii) Refere-se ao contrato com a Celeo Redes para a prestação de serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo está registrado na rubrica “custos operacionais”. O contrato foi assinado no dia 03 de dezembro de 2021 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes.



(b) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	67.542	12.328
Dividendos oriundos das reservas de lucros	89.048	40.336
Dividendos propostos	44.636	-
Pagamento de dividendos	(104.514)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	18.508	14.878
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	115.220	67.542

(c) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve atribuição de pagamentos realizados diretamente pela Companhia aos seus administradores, uma vez que estes recebem remuneração unificada, paga pela controladora Celeo e por outras afiliadas do mesmo grupo econômico, em função do compartilhamento de despesas corporativas comuns e da atuação dos administradores em todas as empresas do Grupo Celeo, conforme demonstrado no item (a).

23 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações e outras ações ou ainda, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento, a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.



Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber utilizando uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(9.459)	(7.094)	(4.729)
Financiamento	Aumento IPCA	44.095	55.119	66.142
Debêntures	Aumento IPCA	14.907	18.633	22.360

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (15% e 5,32%) foi considerada conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026.



(a) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor	2025		2024	
			Custo	VJR	Custo	VJR
Caixa e equivalente de caixa	8		3.811	-	4.657	-
Títulos e valores mobiliários	9	Nível II	-	63.059	-	89.788
Concessionárias e	10		16.823	-	18.172	-
Ativos Financeiros			20.634	63.059	22.829	89.788
Fornecedores	12		22.723	-	31.871	-
Financiamento	13		828.851	-	835.800	-
Debêntures	13		280.200	-	273.589	-
Passivos Financeiros			1.131.774	-	1.141.260	-

(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

(c) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos netas informações financeiras, que não sejam mensurados ao valor justo, se aproximam dos seus valores justos, exceto conforme detalhado na tabela a seguir:

		Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	13	Nível II	280.200	238.815	273.589	223.318
			280.200	238.815	273.589	223.318

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.



Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

25 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	194.515
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000

José Mauricio Scovino de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8